

Progresso Técnico no pensamento de Celso Furtado

André Tosi Furtado

Como citar: FURTADO, A. T. Progresso Técnico no pensamento de Celso Furtado. *In:* CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. (org.) **Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 121-136. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-064-8.p121-136>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PROGRESSO TÉCNICO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

André Tosi Furtado¹

O pensamento cepalino, desde a sua primeira versão, sempre enfatizou a importância do progresso técnico como elemento explicativo da dinâmica desigual do capitalismo em escala mundial. O avanço diferenciado do progresso técnico entre as atividades econômicas e a especialização produtiva dos países seriam as principais causas da estruturação bipolar da economia mundial entre centro e periferia. Pode-se dizer que existe, por trás do pensamento inicial da Cepal, que emana dos primeiros escritos de Prebisch (1961, 1973), uma percepção em dois níveis da dinâmica do progresso técnico, que está subdividida entre a geração e a difusão do progresso técnico.

A geração do progresso técnico tem uma natureza desigual entre as atividades econômicas. Algumas atividades são mais portadoras de progresso técnico. Nelas inclui-se a indústria e, dentro desta, o setor de bens de capital. Em seguida, existem mecanismos de difusão dos frutos do progresso técnico. Esses mecanismos sofrem forte influência das relações do mercado de trabalho e do quadro institucional. O que preocupava, sobretudo, a Prebisch era como os frutos do progresso técnico, que poderiam ser assimilados aos ganhos de produtividade engendrados pelo avanço tecnológico, se difundiam entre os países e chegavam à grande

¹ DPCT/IG/Unicamp.

maioria da população mundial. Em seu texto seminal se explicita claramente essa preocupação sobre a difusão desigual dos frutos do progresso técnico ao conjunto da sociedade dos países periféricos: “Las ingentes ventajas del desarrollo de la productividad no han llegado a la periferia, en medida comparable a la que ha logrado disfrutar la población de esos grandes países.” (PREBISCH, 1961, p. 1)

Essa preocupação com a dinâmica desigual do progresso técnico ganhará mais corpo ainda com Celso Furtado, principalmente do ponto de vista de uma maior formalização teórica e de uma mais extensa contextualização histórica. O pensamento cepalino separa a história do capitalismo na América Latina em duas grandes etapas, a da economia primário-exportadora e a da industrialização. Cada uma traz em seu bojo uma dinâmica desigual e heterogênea da geração e difusão do progresso técnico. Essas percepções ficarão mais amplamente definidas no pensamento de Furtado.

A DINÂMICA DO PROGRESSO TÉCNICO NA FASE PRIMÁRIO-EXPORTADORA

A formação das sociedades e dos países latino-americanos deve ser entendida através do processo de colonização das nações Ibéricas. Os respectivos processos de conquista espanhola e de colonização portuguesa constituíram economias exportadoras de metais preciosos e produtos agrícolas de alto valor comercial. Essas economias interagiram em graus diferentes com outras economias regionais complementares, que se constituíram em torno a elas. Os fluxos comerciais entre o(s) pólo(s) de exportação e as economias regionais complementares foram decisivos para a formação dos estados nacionais, quando chegou a independência política da região no início do século XIX. (FURTADO, 1969).

A independência política dos países da América Latina deve ser entendida como a transição de economias coloniais, baseadas em atividades exportadoras de produtos de alto valor às suas metrópoles, para economias nacionais apoiadas em novas atividades exportadoras que atendiam às necessidades da divisão internacional do trabalho, formada a partir da revolução industrial britânica. Essa transição não foi nada fácil para as nações emergentes da América Latina. As antigas atividades de exportação estavam em declínio em decorrência do esgotamento de recursos não

renováveis, casos da prata na Bolívia-Peru e do ouro no Brasil. Também influenciou esse declínio a competição de outras colônias, que muitas vezes contavam com os mercados cativos de suas metrópoles, caso do açúcar no Nordeste.

O fenômeno mais significativo advindo da revolução industrial constitui-se na diversificação e no aumento de escala dos mercados de matérias-primas dos países industrializados. Inicialmente esse aumento foi atendido internamente, mas logo ficou claro, devido à pequena dimensão física dos países europeus, que esses mercados teriam que ser abastecidos a partir das colônias africanas e asiáticas e das ex-colônias americanas. No entanto, contrariamente aos Estados Unidos que logo conseguiram expandir suas exportações de algodão para atender à florescente indústria têxtil britânica desde o início do século XIX, os demais países latino-americanos tiveram que esperar novas oportunidades, que só tenderam a ocorrer de forma mais intensa a partir da segunda metade desse século.

As matérias-primas, que passaram a ser importadas pelos países industrializados, tinham uma demanda muito elástica. Em função da revolução industrial, estava se constituindo um mercado de bens de consumo de massa de produtos agrícolas e industrializados, que incorporava novas matérias-primas produzidas pelos países periféricos. Em 1846, o Parlamento Britânico aboliu as *Corn Laws*, abrindo o mercado inglês de cereais às importações provenientes de outros países. Com o desenvolvimento dos meios de transporte, que abaixou consideravelmente o custo de frete, pôde constituir-se um importante mercado aberto de cereais, que passou a ser abastecido competitivamente a partir de outros continentes. O mercado de bens saláris, formado pela massa dos trabalhadores dos países industrializados, era de grandes dimensões. Os produtos tropicais, anteriormente exportados pelas ex-colônias a preços altos para as elites dos países desenvolvidos, tornaram-se bens de consumo de massa durante o século XIX (açúcar, café, cacau e chá). O desenvolvimento da indústria e da agricultura, também, implicou no crescimento de novos mercados de bens minerais, principalmente os não-ferrosos e os minerais para a produção de fertilizantes. A energia, com a emergência da indústria do petróleo nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, irá se constituir em um novo fluxo comercial entre a periferia e o centro, a partir do início do século XX.

As possibilidades de expansão das exportações de matérias-primas oferecidas pela divisão internacional do trabalho eram limitadas, como foi logo percebido pelos autores cepalinos e por Furtado. Na primeira metade do século XX, a demanda internacional da maior parte das matérias-primas exportadas pelos países periféricos apresentava sérias limitações, que se expressaram claramente com a crise de 29. Três grandes ordens de fatores explicavam a dinâmica declinante da demanda de matérias-primas. (FURTADO, 1979, p. 227-228). Em primeiro lugar havia o deslocamento do eixo dinâmico e centro industrial da economia mundial do Reino Unido, um país pobremente dotado em recursos naturais e cujo coeficiente de abertura comercial era muito elevado, para os Estados Unidos, um país muito mais rico em recursos naturais, e cuja economia era muito mais fechada.

Essa mudança de ordem geográfica escondia um outro aspecto que pode ser considerado de natureza tecnológica. O aumento da renda per capita nos países desenvolvidos implicava numa alteração da estrutura da procura, a chamada Lei de Engel, que a sua vez acarretava uma alteração da estrutura das atividades produtivas. Chamava-se atenção, sobretudo, para a influência da Lei de Engel sobre a evolução do comércio internacional. Essa alteração da pauta de consumo está intimamente associada ao progresso técnico, na medida em que inovações de produto estão por trás das alterações do perfil da demanda.

O terceiro fator identificado por Furtado é o progresso técnico, que reduz as necessidades de matérias-primas por parte dos países industrializados. Do lado da oferta, o progresso técnico possibilita a substituição das matérias-primas industriais (corantes, borracha, fertilizantes, etc.) por produtos sintéticos, fabricados em geral a partir das fontes energéticas fósseis, muito mais abundantes e baratas. Do lado da demanda, um uso mais eficiente das matérias-primas nos processos da fabricação de bens industriais permite reduzir a quantidade destas por unidade de produto final. O progresso técnico se torna, portanto, uma ferramenta importante para que os países desenvolvidos reduzam suas necessidades de importação de matérias-primas.

A análise dessa transformação tecnológica do pensamento cepalino careceu, no entanto, de um pouco mais de contextualização dentro do processo histórico de evolução tecnológica do setor industrial dos países líderes da revolução industrial. A tecnologia gerada nesses países não se concentrou apenas no setor bens de capital, mas foi de extrema importância

na indústria química. O coração dessa transformação tecnológica, que irá redundar em profundas modificações da demanda de matérias primas, situa-se na indústria química orgânica. Esta se desenvolveu com maior vigor a partir da segunda revolução industrial na Alemanha, país que era pobremente dotado em recursos naturais e não podia contar com um grande império, assim como com o domínio das instituições econômicas internacionais. Essa nova fase do capitalismo está por trás das grandes transformações tecnológicas que terão um efeito contraditório sobre a demanda de matérias-primas dos países periféricos. Por um lado, irão surgir novas matérias-primas, como os minerais não-ferrosos e o petróleo; por outro lado, muitas matérias-primas começarão a ser substituídas por produtos sintéticos. No longo prazo e desde uma perspectiva dinâmica, essa dinâmica será desfavorável aos países periféricos.

No que diz respeito a como a demanda de produtos se comporta, a análise de Furtado confunde-se com a de Prebisch. No entanto, é pelo lado da dinâmica produtiva da atividade exportadora que Furtado realiza importantes avanços. Para este autor, a elevação da produtividade, sobretudo nos países agro-exportadores, ocorre por meio da especialização produtiva no comércio internacional. Esses países, quando dispõem de uma oferta elástica de terras, podem aumentar sua produção de bens agrícolas para exportação apenas realocando os seus fatores de produção, muitos deles anteriormente ociosos.

As formas de produção e o nível tecnológico podem permanecer sem modificações significativas. A elevação da produtividade é, no caso, um fenômeno de natureza estritamente econômica, cuja origem está nas vantagens comparativas que resultam da especialização. (FURTADO, 1979, p. 197).

A inserção dos países periféricos nos fluxos comerciais internacionais onde as matérias primas passam a ser intercambiadas por produtos manufaturados permite que as atividades exportadoras aumentem sua produtividade sem gerar e nem incorporar substantivamente progresso técnico.

Chega-se no ponto em que é necessário definir em que consiste subdesenvolvimento, e porque não ocorre difusão dos frutos do progresso técnico à grande parte da população dos países periféricos. Furtado é muito

claro em colocar que existe uma grande diferença entre subdesenvolvimento e sociedade tradicional. “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.” (FURTADO, 1961, p. 180).

O que caracteriza o subdesenvolvimento, segundo ele, é a existência da heterogeneidade estrutural entre um setor de maior produtividade e um outro setor de subsistência. Essa heterogeneidade não se deve ao fato de que o setor moderno-exportador incorpore técnicas mais avançadas de produção durante a fase primário-exportadora, mas aos ganhos de produtividade advindos da inserção dos países periféricos exportadores de matérias primas na divisão internacional do trabalho, gerada pela revolução industrial e centralizada na economia britânica.

Esses ganhos provinham da especialização produtiva na produção de matérias primas, cuja demanda aumentava significativamente no mercado internacional, e dos mecanismos de propagação dos frutos do progresso que decorriam do comércio internacional. Tratava-se de um ganho de eficiência estática, advindo da realocação das atividades econômicas e de uma intensificação da divisão do trabalho, que passava a ser internacional. Por meio do comércio países exportadores de matérias primas poderiam adquirir um maior volume de produtos manufaturados, como demonstrava a teoria das vantagens comparativas de Ricardo.

Porém, a contribuição mais relevante da abordagem cepalina consiste em mostrar que as condições de heterogeneidade estrutural tendem a se perpetuar ao longo do tempo, muito em virtude da própria natureza do progresso técnico que é gerado nos países centrais. Dito em outros termos, ainda que os ganhos estáticos advindos das vantagens comparativas beneficiem os países periféricos, os ganhos dinâmicos provenientes da acumulação de progresso técnico são apropriados diferencialmente entre centro e periferia.

Embora a economia agro-exportadora não incorporasse técnicas avançadas de produção, sua produtividade aumentava em função da expansão das atividades exportadoras e através da absorção progressiva do setor de subsistência. Era até possível, quando o setor de subsistência tivesse um tamanho limitado e que a economia agro-exportadora fosse

dinâmica, que houvesse quase completa absorção do setor tradicional pelo moderno. Haveria, nesse caso, uma tendência à homogeneização social e à redução da heterogeneidade estrutural, com superação do subdesenvolvimento. Este era o caso dos países do Cone Sul (Argentina e Uruguai) em que a renda per capita emparelhara-se com a dos países desenvolvidos, no início do século XX, e estava muito mais bem distribuída do que nos demais países latino-americanos.

O comércio internacional constituía-se em um mecanismo de difusão dos frutos do progresso técnico, gerado pelas atividades do setor industrial dos países centrais, a países exportadores de matérias-primas. No entanto, ele seria um mecanismo com uma capacidade limitada de transformação das atividades produtivas desses países. As limitações desse dinamismo econômico, gerado pelo comércio internacional, se deveriam à propensão decrescente dos países industrializados em consumir matérias-primas por unidade de produto final. Esse fato estaria, em parte, relacionado à própria natureza do progresso técnico, que a partir da segunda revolução industrial, tornou-se poupador no uso de matérias-primas. Em decorrência dessa dinâmica, haveria uma propensão decrescente do comércio internacional em funcionar como um engenho de difusão do progresso técnico.

O mecanismo da deterioração dos termos de troca descritos por Prebisch (1961) em seu trabalho seminal demonstrava que o comércio internacional constituía-se em uma engrenagem perversa de concentração de renda e não mais de difusão dos frutos do progresso técnico, tal como propalava a teoria das vantagens comparativas. Os fatores anteriormente descritos de redução relativa da demanda de matérias-primas atuavam no sentido de deprimir os seus preços em relação ao dos produtos manufaturados, permitindo que os países desenvolvidos se apropriassem de parte dos ganhos de produtividade das atividades exportadoras dos países periféricos, os quais decorreriam da adoção de técnicas mais performantes ou da exploração de novos recursos naturais.

A ausência de atividades geradoras de progresso técnico tornava-se um obstáculo ao desenvolvimento econômico, sobretudo a partir das transformações que começaram a se desenhar na economia mundial mais intensamente a partir da primeira metade do século XX. Era imprescindível que os países periféricos internalizassem as atividades geradoras de progresso

técnico. Antes, no entanto, de apresentar a análise de Furtado sobre a industrialização em países periféricos, vejamos como esse processo ocorreu nos países desenvolvidos e qual foi o papel da tecnologia para o processo de desenvolvimento.

PROGRESSO TÉCNICO E DESENVOLVIMENTO NOS PAÍSES CENTRAIS

O aumento da produtividade nas economias industrializadas é provocado principalmente pela geração e aplicação de novas técnicas ao processo produtivo e de consumo. Furtado retoma as teses já delineadas por Smith e posteriormente Marx sobre a acumulação do capital.

A eficiência produtiva e o avanço da técnica constituem, portanto, no novo sistema econômico, a fonte do lucro do empresário e a oportunidade de aplicação remunerativa desses lucros. Cabe, assim, à técnica papel central na economia industrial. (FURTADO, p. 166-167).

A tecnologia não somente é a forma de aumentar a produtividade para atender às necessidades de expansão da demanda e/ou baixa dos preços, como a técnica corporificada em novas máquinas e instalações produtivas constitui-se em uma nova área para a aplicação do excedente apropriado pelos capitalistas. Portanto, o capitalismo industrial torna-se um processo auto-gerado em que o crescimento faz parte da natureza do sistema. “Em outras palavras, para funcionar normalmente, esse sistema necessita acumular. Não foi por outra razão que afirmamos ser o crescimento inerente a esse tipo de economia.” (FURTADO, 1979, p. 171).

Explicado o fato de que o progresso técnico estava no coração do capitalismo industrial, restava esclarecer porque houve eliminação da heterogeneidade estrutural, como decorrência do desenvolvimento econômico. Aqui Furtado tenta se distanciar de Marx que previra que o capitalismo manteria uma distribuição desigual da renda. No entanto, esse processo de homogeneização social não ocorreu imediatamente. Pelo contrário, no início da revolução industrial, corroborando as análises de Marx sobre a acumulação primitiva, a expansão do capitalismo se produziu aumentando a concentração de renda. A mecanização da indústria têxtil foi acompanhada pela desorganização da produção artesanal, gerando desemprego, o que mantinha os salários em seu nível de subsistência. Uma

parte dos aumentos de produtividade foi transferida para os trabalhadores mediante a baixa dos preços dos bens salários. Não obstante, a maior parte desses ganhos foi apropriada pelos empresários. Esse excedente apropriado pelos empresários foi direcionado para a aquisição de bens de capital, de maneira que a industrialização veio acompanhada pelo aumento da participação do setor de bens de capital no produto. Esse setor se tornaria um grande gerador de novos postos de trabalho. Tal etapa se esgotaria quando a economia se aproximasse do pleno emprego.

Esse processo de acumulação teria alcançado o seu limite quando ocorreu “absorção” da economia pré-capitalista e a conseqüente eliminação do excedente estrutural de mão-de-obra. A partir de então, a oferta de mão-de-obra tornou-se menos elástica, melhorando a posição de barganha da classe trabalhadora. (FURTADO, 1979, p. 174).

Essa situação estava associada claramente com a segunda metade do século XIX e com o advento da segunda revolução industrial. A acumulação relacionava-se com uma forte pressão da classe trabalhadora para melhorar a distribuição de renda. Para que essa pressão não estrangulasse a capacidade de acumulação do sistema industrial, uma das soluções consistiu em diminuir a acumulação nos centros capitalistas para reduzir a demanda por novos postos de trabalho, transferindo parte do excedente para a expansão da periferia. A segunda forma, evidenciada a partir da segunda revolução industrial, foi tornar o progresso técnico poupador de mão-de-obra. O progresso técnico permitiu baratear os bens de capital, que passaram, desde então, a ser adotados muito mais intensivamente pelos demais segmentos da economia e a substituir o trabalho.

Crescendo a sua produtividade física mais intensamente que nas indústrias de bens de consumo, os preços dos equipamentos tendem a declinar em termos de produtos manufaturados de consumo, o que induz a substituir, nas indústrias de bens de consumo, mão-de-obra por equipamentos. Daí resulta uma tendência a aumentar o grau de mecanização em todo o sistema, isto é, a aumentar a densidade de capital fixo por pessoa ocupada. (FURTADO, p. 176).

Fica claro nesse esquema, inspirado nos trabalhos neoricardianos de Joan Robinson, que a indústria de bens de capital é o setor que gera mais intensamente progresso técnico e também o que o difunde ao restante dos

setores industriais. A absorção da tecnologia, incorporada nos bens de capital de custos decrescentes, possibilita poupar mão-de-obra, tanto no setor de bens de capital como nos demais setores da economia. Isso também implica em um aumento da densidade de capital, a qual se manifesta com maior intensidade no setor de bens de capital. A acumulação possibilita poupar mão-de-obra e conservar uma determinada distribuição de renda, a qual permite a manutenção da taxa de lucro e do processo de acumulação.

Essa capacidade do progresso técnico de aumentar a quantidade de capital físico por trabalhador teria uma contrapartida na crescente diversificação dos padrões de consumo dos países desenvolvidos. As inovações, a partir da segunda revolução industrial, implicariam em uma crescente diversificação dos bens de consumo adquiridos, inclusive, pelos trabalhadores desses países. Este processo evidenciou-se particularmente na economia americana, mas estendeu-se às demais economias industrializadas. Isso permitiu que a renda per capita aumentasse consideravelmente nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que ocorresse uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo. No entanto, dar-se-ia uma crescente desigualdade dos níveis de renda per capita entre os países desenvolvidos e os países exportadores de matérias-primas.

A INDUSTRIALIZAÇÃO PERIFÉRICA E A MANUTENÇÃO DA HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL

A industrialização foi apontada pelo pensamento da Cepal como a única forma de internalizar o progresso técnico e de eliminar a heterogeneidade estrutural. Porém, a experiência histórica encarregou-se de demonstrar que, se bem a industrialização imprimiu um maior dinamismo econômico a essas economias, ela foi incapaz de permitir um crescimento sustentado cujo resultado fosse a convergência com os níveis de renda per capita dos países desenvolvidos e a erradicação da heterogeneidade estrutural.

As causas desse fenômeno deviam-se, por um lado, à dependência cultural das elites dos países periféricos em relação aos padrões de consumo provenientes dos países centrais e, por outro, à natureza do progresso técnico. A primeira vertente explicava-se fundamentalmente pelo fato de que o excedente estrutural de mão-de-obra, existente em quase todos os

países periféricos, levaria à manutenção dos salários da mão-de-obra não qualificada em níveis de subsistência. Com isto, os aumentos de produtividade seriam apropriados pela elite detentora dos meios de produção ou associada ao aparelho de Estado, que aumentaria substancialmente a sua renda per capita. No entanto, devido a sua dependência cultural, essa elite não canalizaria o excedente para a acumulação, mas para a diversificação dos seus padrões de consumo. Esse fenômeno seria facilitado, na etapa primário-exportadora, pelas limitadas necessidades de acumulação do setor exportador e de infra-estrutura econômica. Na etapa da industrialização, esse comportamento das elites entraria em conflito com as crescentes necessidades de acumulação dessas economias e seria um das principais causas da crescente intervenção do Estado na economia, mas também um dos principais entraves ao desenvolvimento.

O impacto negativo da dependência cultural das elites é agravado pela dinâmica do progresso técnico nos países centrais. Como coloca Furtado (1979, p. 249):

Quanto mais intenso o progresso técnico e a diversificação das formas de consumo dos centros dominantes, maiores são as possibilidades, à igualdade de outros fatores, de acelerar o desenvolvimento dependente, e também maior a probabilidade de que a heterogeneidade estrutural se agrave nos subsistemas periféricos.

O progresso técnico gerado nos países centrais, como já havia sido observado por Prebisch (1951) tinha uma trajetória que implicava em um aumento da densidade de capital (quantidade de capital por trabalhador). Esse processo tinha uma característica de irreversibilidade, o que redundava em que a tecnologia transferida pelos países centrais aos países periféricos possuía uma forte rigidez tecnológica, ou seja, não possibilitava a substituição de capital por trabalho, contrariamente ao que afirmava a teoria econômica neoclássica. A contribuição de Furtado a essa tese foi de lhe dar uma dimensão histórica. Segundo este autor, a densidade de capital e a maior rigidez tecnológica tendiam a aumentar nas etapas mais avançadas do desenvolvimento capitalista, sobretudo a partir da adoção da nova onda de inovações tecnológicas oriundas da segunda revolução industrial.

A industrialização periférica, que possuía uma dinâmica reativa, passou por duas etapas que teriam desembocado em dinâmicas distintas no que dizia respeito à redução da heterogeneidade estrutural. A primeira etapa começou substituindo os bens saláris, cuja demanda era constituída por grande parcela da população. Esses bens incorporavam tecnologias oriundas da primeira revolução industrial e eram menos intensivos em capital. O ritmo de crescimento do emprego industrial nessa fase foi substancial e permitiu reduzir parcialmente a heterogeneidade estrutural. A industrialização não teve, também, um impacto desestruturante sobre o setor de subsistência. Em decorrência, verificou-se uma tendência ao aumento do salário da mão-de-obra trabalhadora nos grandes centros industriais.

Passada essa primeira fase, a industrialização, que enfrentava sérios obstáculos causados pelo estrangulamento externo, dirigiu-se, sob impulso do Estado, aos setores da segunda revolução industrial. Esses setores, de maior densidade de capital, fabricavam produtos, que requeriam uma renda média per capita muito superior a dos países periféricos. Esses bens surgiram em decorrência da diversificação da pauta de consumo nas fases mais adiantadas da industrialização dos países desenvolvidos. O impacto dessa fase da industrialização para a geração do emprego seria muito menor, agravando o fenômeno da concentração de renda, ao mesmo tempo em que ela requereria um maior esforço de acumulação. Haveria nessa etapa um conflito crescente entre a maior necessidade de acumulação, provocada pelo aumento da densidade do capital das novas indústrias, e o comportamento das elites em destinar uma parcela substantiva do excedente ao consumo. Esse conflito seria a causa da inflação e do maior endividamento externo dessas economias.

As empresas multinacionais têm uma importância fundamental para explicar essa natureza desigual do progresso técnico. Nesse ponto, a influência de Stephen Hymer foi muito importante para explicar tanto a aptidão das grandes corporações em gerar uma nova modalidade de progresso técnico baseada na diversificação da pauta de consumo nos países desenvolvidos, como a sua capacidade para internacionalizar esse sistema produtivo. Apoiando-se nessa visão, Furtado enfatiza que essas empresas exercem um controle decisivo tanto sobre a geração do progresso técnico quanto sobre a sua difusão desigual em escala internacional.

O que caracteriza essa nova economia internacional é o controle, por grupos sediados nos subsistemas dominantes, da difusão de novas técnicas, ou seja, de novos produtos ou processos produtivos [...] Como esse desenvolvimento envolve a adoção de novos padrões de consumo ou a sua difusão, e como esses novos padrões trazem consigo um vínculo de tipo internacional (importação de inputs, pagamento de royalties, patentes, dividendos, etc.), pode-se afirmar também que o referido desenvolvimento é uma transformação estrutural do sistema global no sentido de estreitar relações de dependência. (FURTADO, 1979, p. 253).

A expansão das empresas multinacionais traz consigo uma nova relação centro periferia em que surgem novas formas de dependência, sobretudo a dependência tecnológica. A produção passa a ser orquestrada internacionalmente, o que passará a denominar-se de internacionalização da produção. Esse novo dinamismo da economia mundial traz em seu bojo uma crescente desigualdade social para os países periféricos.

Para contrabalançar essa tendência concentradora do progresso técnico em escala internacional, Furtado recomenda a valorização do Estado como centro coordenador da economia e um redirecionamento do modelo de desenvolvimento que envolve, entre outros aspectos, uma apropriação dos lucros das empresas multinacionais, a subordinação destas a objetivos de política econômica definidos nacionalmente e a seleção de tecnologias em função de objetivos sociais explícitos. (FURTADO, 1979, p. 253).

OBSERVAÇÕES FINAIS

O pensamento de Furtado se inscreve na linha dos autores da Cepal que buscaram evidenciar que o progresso técnico engendrava uma dinâmica desigual dentro do sistema capitalista. Esse progresso técnico era mais dinâmico em determinadas atividades, principalmente na indústria e dentro desta, no setor de bens de capital. Esses aspectos inicialmente delineados por Prebisch receberam uma maior formalização teórica e um maior embasamento histórico nos trabalhos de Furtado, escritos durante a década de 60.

Furtado primeiramente percebeu que, durante a etapa primário-exportadora, o setor exportador, principalmente das economias agro-exportadoras, tinha um baixo nível tecnológico e só obtinha uma maior

produtividade que o setor de subsistência em decorrência do mecanismo de difusão do progresso técnico constituído pelo comércio internacional. Esses ganhos de produtividade estavam limitados pela dinâmica da demanda de produtos naturais dos países desenvolvidos. Tal demanda foi-se reduzindo relativamente ao crescimento do PIB por conta, principalmente, da natureza poupadora de recursos naturais e do progresso técnico gerado nos países centrais.

As maiores transformações ocorreram em decorrência da segunda revolução industrial, quando houve a passagem de um padrão de desenvolvimento tecnológico ainda extensivo no uso de recursos naturais para um muito mais intensivo, baseado na rápida evolução tecnológica da indústria de novos materiais (química e metalurgia). Essa transformação associou-se a uma rápida elevação da renda per capita média dos países desenvolvidos, que ocorria concomitantemente à estabilização do crescimento populacional. As grandes corporações multinacionais passaram a liderar o processo de avanço tecnológico, apoiando-se em inovações de produto e na diversificação da pauta de consumo. Nos países desenvolvidos, esse novo padrão não gerou desigualdade porque já havia sido resolvido o problema da heterogeneidade estrutural. Pelo contrário, o novo padrão fordista apoiou-se na massificação do consumo. Entretanto, a transposição desse novo padrão de desenvolvimento aos países periféricos pelas empresas multinacionais trouxe em seu bojo a crescente desigualdade social e o aprofundamento da dependência.

Existe, no pensamento de Furtado, um claro vínculo entre a natureza do progresso técnico liderado pelas grandes empresas multinacionais e o caráter desigual da difusão do progresso técnico em escala internacional.

Certamente essas considerações de Furtado são de extrema atualidade. É lamentável que não se dê maior espaço à reflexão sobre a relação entre organização sócio-econômica e a geração do progresso técnico, assim como sobre a sua difusão desigual na sociedade. Esse pensamento mereceria uma atualização em função das transformações que vêm ocorrendo em escala mundial a partir da propagação do novo paradigma tecnológico apoiado nas tecnologias da informação.

REFERÊNCIAS

- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1969.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1979. Edição, São Paulo primeira versão em 1965.
- HYMER, S. Las empresas multinacionales y la ley del desarrollo desigual. In: FAJNZYLBER, F. (Org.). *Industrialización e internacionalización en la América Latina*. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura Económica; El Trimestre Económico, 1981. p. 22-56. Primeira versão em 1970. (Serie Lecturas n. 34, v.1)
- PREBISCH, R. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. *Boletín Económico de América Latina*, Santiago de Chile: CEPAL, v. 7, n. 1, fev. 1962. Primeira versão em 1949.
- PREBISCH, R. (1973) Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 179-215. v. 1. Primeira versão 1951.
- ROBINSON, J. *The accumulation of capital*. Londres: Macmillan, 1956.

